

Queda no orçamento da saúde gera críticas de pré-candidatos

Políticos que anunciaram intenção de concorrer ao Paço de São Caetano dizem que administração optou por investir em áreas menos prioritárias

Camila Pergentino

A decisão do prefeito José Auricchio Júnior (PSDB) de diminuir o orçamento da saúde de São Caetano em 13,6% para o exercício de 2024, quando comparado aos valores gastos na área no ano anterior, repercutiu na política local, já que a decisão resultou em reclamações por demora no atendimento, conforme episódios revelados por recentes reportagens do Diário.

A principal queixa dos usuários é sobre o tempo de espera por consultas na UPA (Unidade de Pronto Atendimento) do bairro Santa Paula e no Hospital Municipal Albert Sabin. Obras no local fizeram a administração improvisar o atendimento em caminhão-baú. Reportagem publicada no domingo mostra que Auricchio reservou R\$ 470 milhões para investir em saúde até dezembro. No ano anterior, São Caetano aplicou R\$ 544 milhões no setor.

Pré-candidato ao Executivo, o ex-vereador Fabio Palacio (Podemos) destacou a discrepância entre o discurso e as ações de Auricchio. “O atual prefeito sempre disse que a saúde é a prioridade número um do município. No entanto, reduzir R\$ 74 milhões do investimento mostra que o que se fala não é o que se faz. Vemos investimentos em áreas que não são prioridade, como troca de calçadas e chafarizes, enquanto a saúde básica enfrenta problemas sérios”, criticou o opositor.

O ex-vereador avaliou que “a demora entre o atendimento inicial e a conclusão do tratamento é muito longa, o que pode agravar as doenças e encarecer os tratamentos”.

Jair Meneguelli, pré-candidato à Prefeitura pelo PT, que recentemente voltou à cena política em São Caetano, demonstrou preocupação. “Na Constituição de 1988 se coloca a vida como sendo o bem maior dos direitos fundamentais. Infelizmente, observo que esse dever não é prioridade na atual administração. A decadência e o descaso com a saúde e os municípios são notórios, com falta de médicos,

medicamentos e leitos”, observou o petista.

Na visão do ex-deputado federal, “um município com esse orçamento não pode apresentar esse quadro na saúde. As prioridades estão invertidas”. A Prefeitura prevê alta de 14,2% nas receitas em 2024, passando dos R\$ 2,1 bilhões em 2023 para R\$ 2,4 bilhões.

Já o pré-candidato Professor Rafinha (Psol), “a redução interfere diretamente no caos que está a saúde”. “O longo período de espera tem a ver com a falta de profissionais e infraestrutura, que depende do orçamento. A Fundação ABC já engloba 70% do orçamento da saúde. Se fosse investido diretamente, teríamos um maior número de profissionais com uma remuneração melhor, o que interfere diretamente no serviço oferecido”.

O professor também questionou as prioridades do prefeito. “A gente viu obras desnecessárias, extremamente caras, que fazem a gente desconfiar de superfaturamento. Queremos fazer auditoria de todos esses contratos para contestar essa redução no orçamento.”

Tite Campanella (PL), nome governista, e Eduardo Vidoski (PRD), que não declarou ser oposição ao governo, não responderam aos questionamentos do Diário.

Edison Parra e Bruna Biondi questionaram repasse menor

A LOA (Lei Orçamentária Anual) de São Caetano, elaborada pela Secretaria Municipal de Planejamento, prevê R\$ 2,4 bilhões de receitas para o município em 2024, um crescimento de R\$ 320 milhões em relação ao orçamento de 2023, ou alta de 14,2%. O município cumpre a exigência constitucional de reservar 15% para a saúde, mas houve redução de investimentos no setor.

Segundo a LOA, serão destinados R\$ 470 milhões para a área da saúde, 13,6% a menos do que o valor gasto no ano anterior, de R\$ 544 milhões, conforme revelou o Diário na edição de domingo. O texto apresentado pelo Executivo foi aprovado na Câmara, mas houve ao menos dois questionamentos.

Em novembro, o vereador Edison Parra (Podemos), ao identificar a queda no orçamento da saúde, apresentou à COF (Comissão de Finanças) da Câmara quatro emendas. A vereadora Bruna Biondi (Psol) apresentou sete, para a segunda votação da Lei Orçamentária Anual. Todas as 11 foram negadas pela comissão, e o parecer de rejeição foi aprovado em plenário, com placar de 16 a 2.

No caso das emendas de Parra, o objetivo era retirar parte da verba destinada à publicidade e propaganda e aplicar em outras áreas, inclusive na reforma de UBSs (Unidades Básicas de Saúde). A proposta foi negada pela COF. “A peça orçamentária se encontra plenamente revestida de elementos suficientes para o perfeito desenvolvimento das realizações almejadas pela administração pública”, justificou a comissão, na época.

“Enxerguei e tentei consertar. Agora vemos as consequências. O interessante é que a população não está criticando o médico ou a enfermagem, mas sim a falta de profissionais”, declarou Parra. Para Bruna Biondi, o orçamento para 2024 é uma cópia dos anos anteriores. “As emendas não vieram para a tribuna. Precisamos que a peça orçamentária responda, de fato, a necessidade do município”, criticou.

<https://www.dgabc.com.br/Noticia/4142238/queda-no-orcamento-da-saude-gera-criticas-de-pre-candidatos>

Veículo: Online -> Site -> Site Diário do Grande ABC - Santo André/SP

Seção: Política